

## **URBANISMO SUSTENTÁVEL: redução, reciclagem e reutilização da cidade\***

**José A. Rio Fernandes\*\***

### **1. CONTEXTO**

As últimas décadas estão marcadas nalguns países europeus, pela emergência e consolidação de um novo modelo de relação entre urbanidade e território, muito marcado morfológicamente pela extensão e pelo carácter difuso que o espaço urbanizado assume para lá do núcleo mais consolidado. Neste novo território urbano, campo e cidade confundem-se e sobrepõem-se numa extensão que atinge as dezenas de quilómetros em territórios urbanos que nalguns casos estão muito marcados pela importância de uma determinada metrópole (Londres, Madrid, Berlim...), noutros assumem uma configuração de autêntica região urbana policêntrica (Randstadt, Rhur...).

No caso de Portugal, o crescimento económico mais recente, a enorme abertura económica e cultural à Europa e ao mundo posterior a Abril de 1974 e a expansão do consumo, com a generalização do acesso ao automóvel e à habitação própria a fazer-se em escassos anos, ajudam a compreender que o processo de suburbanização e a explosão urbanística (na expressão de Portas, *in* Domingues 2006, p. 368), com o efeito de *sprawl*, ou expansão urbana de baixa densidade, tenham tido uma dimensão especialmente forte. De facto, verifica-se que o aumento do espaço urbanizado em várias cidades foi em duas

---

\* Na Área Metropolitana do Porto (tal como definida em NUT3), com 817.4 km<sup>2</sup> e uma população que parece ter estabilizado em torno de 1,2 milhão de habitantes, construíram-se 33,800 novos edifícios de 1991 a 2005 e a urbanização cresceu a um ritmo avaliado em 1.8ha por dia (ver Plano Estratégico do Ambiente do Grande Porto desenvolvido pelo Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica do Porto para a LIPOR em <http://www.futurosustentavel.org>).

\*\* Departamento de Geografia.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

décadas superior à soma do que resultou da adição dos vários séculos em que se conta a sua existência (ver Domingues, 2006), sem correspondência com uma dinâmica demográfica que o justifique<sup>1</sup>. Confirma-se assim que a diminuição da dimensão das famílias faz com que um mesmo número de alojamentos albergue menos pessoas e que pessoas com mais dinheiro consomem mais espaço (Gaspar, 1993), sendo igualmente verdade que parte da oferta se destinou a puro investimento e não a ocupação, dada a conjuntura favorecer a aposta no imobiliário, em alternativa ao mercado bolsista e sobretudo ao aforro.

As novas vias e a facilidade de construção, fosse por permissividade, designadamente com ausência de planos de ordenamento do território e de urbanismo, ou por falta de capacidade operativa dos instrumentos de planeamento, com um extenso espaço urbanizável sem capacidade de passar a urbanizado no período de vigência do plano, facilitaram um processo de intensa suburbanização a que, a casas, pessoas e vias, se somaram equipamentos públicos e actividades económicas e por vezes também jardins e praças.

Num liberalismo marcado por uma certa “mercearia do direito de construir” (Lacaze, 1995), ou seja, pelo primado do crescimento e urbanização e do direito individual do proprietário do solo, tudo facilita a descontinuidade de acordo com a vontade dos proprietários de terrenos em os colocar no mercado ou não e o *timing* dos construtores e promotores imobiliários. O resultado é a construção de fragmentos que colocam em causa a eficiência do conjunto, o que é sobretudo evidente quando este processo ocorre tendo por suporte a prévia dispersão do povoamento, como no caso do Noroeste de Portugal. Encarecendo o custo dos equipamentos públicos (como a maioria dos autores sustenta), este processo é também fomentador de um duplo vazio, muito claro junto das maiores cidades portuguesas, em resultado do despovoamento da cidade histórica e abandono de muitos dos seus prédios, assim como da existência em torno desta de um muito significativo número de apartamentos por ocupar. Para este movimento, que por certo não se resume apenas a um conflito entre um centro e uma vasta periferia, contribuem diversos factores de atracção dos novos locais urbanizados, como custo e acessibilidade, assim como a repulsão da cidade histórica, em resultado designadamente do elevado custo de

---

1. Na Área Metropolitana do Porto (tal como definida em NUT3), com 817.4km<sup>2</sup> e uma população que parece ter estabilizado em torno de 1,2 milhão de habitantes, construíram-se 33,800 novos edifícios de 1991 a 2005 e a urbanização cresceu a um ritmo avaliado em 1.8ha por dia (ver Plano Estratégico do Ambiente do Grande Porto desenvolvido pelo Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica do Porto para a LIPOR em <http://www.futurosustentavel.org>).

manutenção do edificado, das dificuldades de assegurar a bom preço estacionamento residente, da ausência de elevadores e outros elementos de conforto da habitação e de insegurança real ou percebida.

Assim, a cidade que temos hoje é uma cidade expandida e morfológicamente descontínua. Mas é também uma cidade socialmente fragmentada, já que o aumento de uma aparente liberdade de escolha que alargou o espaço de habitar da generalidade das pessoas para além da proximidade das vias servidas por transporte colectivo, das estações de caminho-de-ferro ou da cidade densa onde a circulação a pé constitui ainda o principal modo de circulação, resultou no aumento das diferenças entre os espaços que compõem o território urbano relativamente à população que os habita, num mosaico bem mais complexo que uma simples separação de ricos e pobres.

Também no caso desta fragmentação socioeconómica, parece existir em Portugal uma forte expressão no quadro europeu, traduzida designadamente por espaços residenciais de grande homogeneidade interna e orientados para a protecção e prestígio, como a maioria dos condomínios fechados, por vezes construídos em torno de um campo de golfe ou uma marina, ou por espaços residenciais de promoção pública, onde em muitos casos se foi construindo o gueto, acentuado por dependências várias e casos de violência e desestruturação familiar abundantes, os quais se multiplicam também em parcelas da cidade histórica e nalgumas das realizações de habitação social mais recente. Esta fragmentação tem também dimensões para lá da habitação, por exemplo nos novos espaços de consumo, por regra isolados em relação à envolvente e cada vez mais especializados (centros comerciais e de lazer, centros de lojas de fábrica, parques retalhistas...) e sofisticados (com serviços públicos como capela, posto de correios e até de segurança pública, ou condições de conforto que somam ao ar condicionado, limpeza e segurança, sofás para descanso, luz directa e plantas em grande quantidade...).

Nesta cidade, alargada e mais complexa, alguns dos habitantes, com maior poder de compra, maior mobilidade, menos necessidade de cumprir os horários fixos de um trabalho rotineiro, exercem um *zapping* que lhes permite a compra em lugares e momentos diferentes, a refeição de todos os tipos a qualquer hora nos mais diversos locais, como o acesso a *multiplexes* de cinema ou as mais diversas salas de espectáculo (Ascher, 1995)<sup>2</sup>, além de uma crescente facilidade na

---

2. Estes comportamentos são facilitados em Portugal pela disponibilidade das 9h às 24h, todos os dias do ano, de grandes e sofisticados centros comerciais, em cuja concepção e gestão é feita por empresas capazes de penetrar no mercado internacional (com destaque para Espanha, Brasil, Alemanha e Polónia).

mudança de local de recreio e lazer, para férias curtas ou longas, ou até de residência fixa de poucos em poucos anos, bem como entre esta e outras residências ao longo do mês ou da semana.

Em contrapartida, outros, com um salário fixo reduzido (ou com o apoio social do Estado) e com acesso limitado à cidade expandida, ficam amarrados às relações de proximidade física, despendendo boa parte do seu tempo de não-trabalho em formas não associáveis ao lazer (nos transportes e no abastecimento, designadamente). Esta dualidade – que alguns vêem como inevitável e outros como lamentável, mas todos dizem dever ser minimizada – afasta também o espaço público do espaço privado, verificando-se que alguns, sobretudo os mais jovens e os que têm maior poder de compra, se vão desabitando de frequentar a cidade histórica e usam na sua vida cada vez mais espaços privados variados de uso colectivo (centros comerciais, aeroportos, universidades, centros de escritórios...), enquanto os mais idosos e os que têm menor capacidade aquisitiva parecem ficar reféns de estabelecimentos menos competitivos e do espaço público.

Assim não só “... aos velhos problemas se somam outros derivados da expansão das periferias...” (Lopez Trigal & Relea Fernández, 2001-2002, p. 124), como uns e outros estão interligados, aumentando a sua expressão e complexidade, do que resulta uma significativa dificuldade em compreendê-los e sobretudo em tratá-los, mais ainda quando acontece o contexto ideológico desvalorizar o Estado e o papel orientador e regulador do planeamento urbanístico e gestão urbana. Para aumentar a complexidade, importa ainda compreender que à segmentação dos estilos de vida e formas de uso da cidade se sobrepõem escalas e uma cada vez mais significativa multiterritorialidade, com acréscimo da importância social, económica e política da cidade-região e em especial de alguns espaços metropolitanos, (Sassen, 1991).

## **2. POR UMA POLÍTICA URBANÍSTICA ORIENTADA PARA A REDUÇÃO, RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO**

### **Urbanização, planeamento do território e cidade-jardim**

Abundam na cidade de hoje as situações de aparente contradição: a um espaço urbano mais extenso e a uma grande liberdade no seu uso por parte de uma larga maioria de automobilizados, corresponderá o aprofundamento das diferenças entre espaços e a forma como se vive este território urbano alargado dos nossos dias; entre um processo de suburbanização que nos aproxima do campo e uma reurbanização selectiva, valorizadora da cultura e da história da cidade para alguns

poucos; entre uma mancha urbana expandida e desdensificada e uma concentração de pessoas, empresas, riqueza e poder, em contraponto a um espaço rural distante e em perda (ou já “perdido” para um desenvolvimento definido a partir da cidade); entre a multiplicação dos instrumentos de ordenamento do território e de planeamento urbanístico e uma percepção cada vez mais generalizada de desorganização, caos e delapidação de recursos, maugrado a consciencialização para os limites do crescimento de que alguns falavam há mais de três décadas (Meadows *et. al*, 1972).

É neste contexto que à hora de escolher o lugar de habitação e o tipo de assentamento urbano, apesar de podermos falar no fim de uma certa cidade e de um certo campo, continuamos a oscilar entre os ímanes de Ebenezer Howard, ou seja, entre os elementos atractivos do campo, os elementos atractivos da cidade e as iniciativas que promovem o encontro entre os aspectos favoráveis de um e outro. Tendo em vista a eterna busca deste terceiro íman, importa, antes de mais e tal como em finais do século XIX, acreditar nas virtudes da intervenção sobre as simples lógicas do mercado, e adaptar um modelo brilhantemente simples a um contexto muito diverso, considerando, como há mais de cem anos, a necessidade de articular a intervenção local com o planeamento à escala regional. É nesta linha que se inscrevem movimentos urbanísticos e de política para o planeamento e ordenamento do território recentes, a exemplo do “new urbanism” e do “smart growth” e da generalidade das orientações urbanísticas baseadas em princípios ditos de sustentabilidade ou durabilidade.

É também tendo por base o ideal da cidade-jardim que desenvolvemos aqui algumas ideias para apoio a uma política urbanística, considerando a adaptação da muito divulgada e amplamente aceite política dos três erres à cidade e situações como a da cidade portuguesa, tendo em vista: reduzir o espaço urbanizável (e até o urbanizado, em casos extremos); reciclar a cidade que temos, tendo em vista a afirmação da modernidade na pré-existência e reutilizar o que herdamos, conservando quanto se entenda necessário e possível.

## **Reduzir**

Face ao significativo aumento da área urbanizada e à sua descontinuidade, uma política para a sustentabilidade deve ter como uma das suas principais preocupações a redução do aumento do espaço urbanizável, o que leva à defesa da densificação, como alguns estudos pro-

---

3. É certo que não existe evidência empírica suficiente e são mais as declarações do que os elementos de prova. Todavia, tal como a ausência de polí-

curam demonstrar<sup>3</sup>. Assim, a preservação do espaço livre é mais facilmente conseguida, sobretudo se admitirmos a possibilidade de aumento da capacidade de carga do tecido urbano actual, designadamente na chamada cidade emergente, assim se criando condições mais adequadas para uma maior importância da circulação a pé e de bicicleta e também para a rendibilização do transporte colectivo, favorecendo-se por essa via a viabilidade de actividades económicas e sociais cuja procura não esteja dependente do transporte individual. Além do mais, a densificação e a compactação são vistos como favorecendo a redução dos consumos de energia e de produção de poluição, muito embora seja de notar que a suburbanização do emprego pode ter reduzido as deslocações casa-trabalho. Em consequência, existe um cada vez maior número de cidades com políticas favoráveis à redução do crescimento e à densificação urbana, o que é procurado quase sempre através de medidas para a valorização do transporte público, com reurbanização e *infilling* no caso de Berlim, favorecendo o crescimento e densificação ao longo de grandes eixos, como em Friburgo, Campinas e Portland, ou através de medidas de forte restrição à urbanização, como em Oslo e Estocolmo (Wheeler, S. M. & Beatley, T., 2006 e Naess & Strand, 2004)<sup>4</sup>.

Todavia, reduzir raramente deve significar impedir o crescimento. Aquilo que alguém defendia já em 1938, que “the extension of the towns must be stopped, building must be restricted to sharply defined areas, and such re-housing of the population as may be necessary must be carried on within these areas” (Hall, 2002, p. 83), não pode considerar-se como a solução para todos os problemas, nem a melhor orientação para a maioria dos casos, tendo em conta, designadamente, os valores dos residentes e a necessidade de produzir diversidade, com “... different opportunities and possibilities open to different ways of life” (Secchi, 2002, p. 283).

Reduzir deve significar, isso sim, e em especial no caso português de claro excesso de oferta, ser muito selectivo relativamente ao número, dimensão e localização de novas áreas a urbanizar. Prever para dez anos a área urbanizável, como obrigam os planos municipais de urbanização, terá que significar também, ao contrário do que se passa actual-

---

ticas de apoio à contenção e densificação urbana tem levado a um crescimento sobretudo extensivo e difuso da mancha urbana, é possível admitir que quando elas existem a o espalhamento urbano foi menor (ver Geurs & van Wee, 2006).

4. Vão neste sentido as grandes orientações para o planeamento urbano nacional consagradas no Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território ([www.territoriportugal.pt](http://www.territoriportugal.pt)), bem como as europeias e até mundiais (divulgadas no State of the World's Cities 2006/7).

mente, a criação de mecanismos eficazes à sua concretização, impedindo o aumento contínuo do espaço urbanizável nos planos, sem que ocorra a concretização dessa urbanização, a qual está totalmente dependente da vontade dos proprietários dos terrenos face à inexistência de taxas especiais ou mecanismos adequados de apropriação dos solos pelo Estado ou de compensação dos proprietários de solos urbanizáveis aos de solos não urbanizáveis, o que fomenta a descontinuidade e leva de plano para plano a alargar mais ainda o perímetro do espaço urbanizável. Mas, reduzir, nalguns casos, pode significar, de facto, não construir, ou até, como está a acontecer na orla costeira da Catalunha, forçar a sua diminuição, seja pela eliminação da área urbanizável prevista em plano, seja pelo impedimento de obras de conservação ou renovação de edificações já existentes tendo em vista o seu abandono e posterior demolição, seja mesmo pela indemnização e demolição<sup>5</sup>.

Em qualquer das suas modalidades, o princípio da redução da área urbanizável deve estar associado sobretudo a uma alteração de cultura face ao território e deve corresponder a uma vontade de misturar, já que a diminuição da área urbana e o aumento da densidade, sobretudo em espaço da urbanidade difusa, devem ser vistos como elementos de suporte da diversidade à escala da metrópole e de cada uma das suas grandes áreas. A heterogeneidade a perseguir deve ser de base funcional ou social, devendo-se considerar-se, e evitar-se, as situações em que a impossibilidade de expansão pode promover a homogeneidade, como no caso de alguns pequenos aglomerados rurais na proximidade das metrópoles, onde “preserving the precious rural habitat means protecting the affluent who can afford rural house prices, but do not use the declining public transports system nor patronize the surviving village shop, and whose children do not attend the threatened village school” (Hall & Ward, 1998, p.201). Por isso, ainda que valorizando o policentrismo, uma política urbana a pensar no médio e longo prazo e que valorize os princípios da sustentabilidade ambiental, económica e social, não poderá sobrepor a redução do crescimento do espaço urbanizável ao combate à fragmentação social e funcional, antes associar estes dois objectivos.

Uma política urbana orientada pela sustentabilidade e pela redução dos desperdícios, deve considerar a diversidade funcional e a continuidade dos espaços, por certo valorizando a diversidade de modos de oferta de bens e serviços, mas favorecendo os mais frágeis, tendo

---

5. Sobre a política para o território na Catalunha, recomenda-se a leitura de artigo de Oriol Nel'lo, Secretário da Comunidade Autónoma para o Ordenamento do Território *Catalonia's new spatial-planning policy*, disponível em [http://www.eurometrex.org/Docs/Moscow/Catalunya-Barcelona\\_Summary\\_EN.pdf](http://www.eurometrex.org/Docs/Moscow/Catalunya-Barcelona_Summary_EN.pdf).

em vista a existência de uma maior diversidade, e procurando a sua melhor adequação aos espaços de residência, tendo em vista o prolongamento, recuperação, ou reinvenção da cidade, enquanto território e espaço de territórios. Por fim e não menos importante, ainda na linha de Howard, reduzir o espaço urbanizável terá de significar também uma diminuição da necessidade de procurar longe da cidade os elementos favoráveis do campo, o que implica criar, proteger e valorizar ambientes naturais, assim como espaços verdes urbanizados e redes de circulação a pé ou de bicicleta com eles articuladas.

## **Reciclar**

Se o princípio da redução se direcciona sobretudo às franjas da cidade expandida, os objectivos da reciclagem e reutilização estão associados essencialmente à cidade consolidada. Para esta, aceitar a ideia da reciclagem é aceitar que não se pode conservar tudo, já que pelo que relativamente a algumas áreas urbanas ou construções, o que mais importa é saber aproveitar oportunidades e direccioná-las para novas formas de (re)viver o urbano. Por essa via, será mais fácil conseguir reverter um movimento marcado nas cidades portuguesas por vários “des”: despovoamento, sobretudo por parte dos mais jovens e dos que têm menor poder de compra; desvitalização, com abandono ou estagnação das actividades económicas; desvalorização, com perda do valor económico do solo urbano, o que tem conduzido alguns espaços (em Lisboa e Porto, mas já também em cidades de menor dimensão, como Leiria ou Coimbra) a processos de acentuada decadência do edificado e homogeneização social dos residentes envelhecidos e excluídos, excepto nas frentes “turistificadas”.

Os princípios da reciclagem devem fazer lembrar também que não é possível alargar indefinidamente os perímetros de protecção e reforçar exigências, antes aplicadas a elementos isolados de carácter monumental, agora a centenas ou mesmo milhares de casas humildes onde habita uma população de baixo poder de compra, esperando que todo um conjunto enorme de prédios, ruas e praças de idade e qualidade variada se mantenha intacto e bem conservado por obras que respeitem materiais e técnicas da data da sua construção, mesmo se os proprietários estão descapitalizados, os residentes têm poucos recursos e o Estado não pode resolver todas as crescentes necessidades. Por isso, salvo para os conjuntos considerados como especialmente relevantes e os elementos verdadeiramente notáveis, é preciso dar oportunidade à contemporaneidade, aceitando-se que, regra geral, a cidade é feita de muitas épocas e todas elas, designadamente a que vivemos, devem poder ter o seu lugar na cidade do futuro, mesmo se nos falta a convic-

ção na proposta e preferamos tudo preservar (o que significa não fazer escolhas, ou seja, negar a política, cuja essência é a definição de opções). Tal não significa que as intervenções devam todas ser de grande arrojo e, sobretudo, pouco respeitadas em relação às pré-existências, o que implica a discussão prévia e uma decisão fundamentada relativamente ao que importa manter e ao que pode (e como) ser alterado, por forma, designadamente: a gerar espaço para novas construções; a criar praças e novos percursos para a circulação a pé, o que pode ocorrer no interior de quarteirões, ou no lugar de prédios que se optou por demolir; a reintroduzir elementos do passado, como o carril de ferro, agora para os novos transportes eléctricos, tendo em vista o favorecimento da circulação intra-urbana, e, em variados casos e por diversas formas, a potenciar a contemporaneidade sempre que se julgue adequado, na arte urbana, ou até em formas efémeras.

Mas o princípio não precisa de estar orientado apenas para a cidade histórica e pode até adquirir dimensão nacional, como acontece com a política de habitação britânica, onde um dos seus principais documentos, o Livro Branco da Habitação, de 1995, propõe que 50% de todo o desenvolvimento residencial ocorra até 2005 em espaço urbano reciclado (Hall & Ward, 1998). Da mesma forma, a reciclagem não deverá considerar apenas a dimensão espacial, mas também a temporal, num “cronourbanismo” que terá que reduzir os conflitos nos tempos de uso e potenciar a diversidade de utilizações e utilizadores entre o Inverno e o Verão, o dia útil e o fim-de-semana e a manhã, a tarde e a noite.

## **Reutilizar**

Um outro desafio associável a uma política para a sustentabilidade urbana, está associado ao princípio da reutilização, ou seja, à necessidade de encontrar os mecanismos, os agentes e as acções capazes de dinamizar a continuidade da cidade, sem sobressaltos, sem alterações drásticas, mas antes por processos lentos e cuidadosos associados à capacidade de encontrar no dia-a-dia uma vocação para os diversos elementos e espaços que a compõem, mantendo-os, cuidando-os, transportando-se o que se entenda por essencial da sua forma, da sua imagem, da sua vocação, do seu carácter, da sua diversidade interna e da sua unidade. Reutilizar, por isso, deve significar dar prioridade à gestão preocupada com as muitas “pequenas-grandes” associadas por exemplo com a limpeza, a segurança e o trânsito, sob uma visão estratégica de médio-prazo, tendo em vista, entre outros aspectos, o aproveitamento de oportunidades para a criação de sinergias e efeitos de difusão e multiplicação, de tipo acupuntura urbana

por exemplo (Lerner, 2003). Reutilizar deve significar também fazer apostas urbanísticas orientadas para o incentivo à reabilitação das construções e à protecção e valorização de espaços públicos, sobretudo quando se trata de elementos que se constituem como símbolos de uma época e que têm importância pelo seu contributo para a construção da identidade da cidade, o que leva regra geral a que a população lhes reconheça especial valor, por sentirem como seus, tal como os visitantes, que neles reconhecem a diferença relativamente a outras cidades e em especial à sua de origem. No espaço público da cidade histórica e em particular nos espaços de maior potencialidade para o encontro, como as praças e as ruas comerciais, reutilizar deve significar também adoptar medidas activas a favor da circulação a pé, com abrandamento da velocidade ou segregação do automóvel e criação de condições para o uso lento da cidade pelos seus residentes e valorizar espaços verdes e outros elementos da imagem, da cultura e da forma de viver que construíram e reconstróem todos os dias a identidade territorial de uma população espacialmente alargada, a qual, mesmo que maioritariamente suburbana, reconhece também como sua a parte mais antiga da grande cidade.

Uma política de valorização da reutilização seguramente que não pode pretender conservar todos as construções, todos os usos e todos os residentes, mas também não deverá apoiar completas substituições, antes deve, em articulação com a redução e reciclagem, favorecer a mistura, entre usos e entre pessoas diferentes na idade, na capacidade económica, nas preferências ou na forma de viver. Por isso a intervenção orientada pela reutilização, sobretudo na cidade antiga, terá de ter o cuidado necessário para não “matar o doente com a cura”, ou seja fazer com que a transformação para a reutilização de um determinado espaço ocorra de tal forma que evite que este se transforme num mero cenário para o turista ou num cartão de visita que prestigia uma elite que encontrou o vazio depois da mão invisível do mercado (muitas vezes com a ajuda da mão visível das políticas públicas) ter expulsado para novos espaços indesejados os mais frágeis. Da mesma forma, o compreensível incentivo à instalação de novos equipamentos públicos e estabelecimentos retalhistas e serviços de natureza económica, por exemplo no antigo centro único, não deve significar a potenciação do desaparecimento das lojas de referência histórica, nem a demolição de mercados ou a expulsão da venda ambulante.

Misturar, reutilizando, deve significar, sobretudo no caso da cidade portuguesa e em especial do seu tecido antigo, a capacidade, política e técnica, de criar os contextos e encontrar e fazer acontecer as muitas pequenas soluções que permitam combater o abandono e revalorizar o antigo na cidade actual, evitando, por inacção, a sua associação ao velho decadente e moribundo, conducente ao indesejá-

vel recurso à multiplicação das acções espectaculares e caras, quase sempre centradas na arquitectura, mais estéticas que estruturais, que raramente contribuem de forma significativa para resolver no médio prazo os principais problemas urbanos.

Misturar, reutilizando, não deve ser feito também sem que urbanistas, políticos e população em geral, se consciencializem da importância da cidade expandida e deixem de continuar a centrar quase exclusivamente as suas preocupações urbanísticas na “cidade dos turistas”, a qual, sendo por certo essencial na perspectiva formal e afectiva, não pode fazer esquecer o facto de hoje ela significar apenas uma pequena parte do espaço de vida de um território urbano que nas suas áreas mais intensamente habitadas se apresenta muitas vezes gravemente inadequado às necessidades e expectativas dos residentes. Por isso e apesar da estigmatização de origem ambientalista e culturalista à cidade difusa, predadora, ineficiente, inestética e desreferenciadora (Portas, 2002), importa “... not to nostalgically re-establish a hypothetical order but to develop the specific, original character of the suburbs identity, starting from a sort of zero degree...” (Virgilio, 2004, p.21), de acordo com princípios de reutilização que reconheçam e valorizem as existências na cidade emergente, difusa (e confusa também, para a larga maioria), desvalorizada sobretudo para quem não a habita, ou o faz em enclaves protegidos e urbanisticamente desinseridos.

### **3. SMART GROWTH, SUSTAINABILITY E GOVERNANCE: DOS CHAVÕES ÀS ACÇÕES**

Como se compreende facilmente, e tal como de resto acontece na política ambiental, os três princípios de reduzir, reciclar e reutilizar estão interligados entre si, variando de caso para caso a profundidade e prioridade a conferir a cada um deles. O que parece não haver dúvida é que, tendo em vista o planeamento e gestão da cidade, serem ou não considerados e a forma como o forem, será da maior relevância relativamente à estrutura da cidade de amanhã e sobretudo à maneira como nela viveremos.

Pensando o momento actual e a cidade portuguesa em particular, parece que, dos três princípios, o da reutilização será o mais interessante numa boa política urbanística, seja ele direccionado para a cidade consolidada ou para a cidade emergente, por duas razões. Por um lado, verifica-se que a explosão urbanística recente e a oferta abundante de espaço edificado limitam naturalmente a expansão, reduzindo o ritmo de urbanização; por outro, não parece fundamental na cidade de hoje, cuja maior parte é de idade muito recente, um processo de reciclagem infelizmente associado demasiadas vezes a gran-

des e dispendiosas operações de duvidoso sucesso, muitas vezes “centro-centristas” (e egocêntricas também), por vezes a fazer lembrar um certo retorno aos princípios da “cidade bela”, quando não ao da monumentalidade dos grandes eixos e praças imperiais. Daí que, mais do que a nova obra, porventura de assinatura e de notável ousadia que ficará a marcar os novos tempos (e que é também importante introduzir, desde que com critério e parcimónia), a reutilização é o princípio a privilegiar, mesmo porque pode contribuir de forma significativa para atingir o primeiro objectivo, o da redução da expansão do espaço urbanizado, sem condenar a cidade ao atrofamento.

Como se sabe, os três princípios estão associados a outros variados “re’s”, com destaque para reabilitação, regeneração e revitalização. Mas, talvez que na política urbana a associação mais pertinente seja com a sustentabilidade e a governança, não para que estas expressões, como a de sustentabilidade sirvam de mero chavão, apenas porque “ciclicamente reinventamos velhas novidades para falsos novos desafios” (Gomes, 2002, p. 134), mas tendo em vista um salto qualitativo na análise e sobretudo na política urbana. Esta terá de ser redireccionada para o médio e longo prazos e para valores de ordem socioambiental e ser administrada de forma a reconhecer e responder mais eficazmente à complexidade da gestão territorial (multiescala e multiactor), fomentando a transparência e uma participação que envolva as pessoas nos processos desde o seu início, ainda que resguardando-se do “*nimbyism*” e outros “*lobbyisms*”, ou das mais recentes posições de “*banana*” (build absolutely nothing anywhere near anyone).

A eficácia de uma política norteada pela redução, reciclagem e reutilização, deverá reconhecer a solidariedade entre gerações, valorizando um território fomentador de qualidade de vida no futuro, e entre territórios, valorizando os princípios da equidade e a diminuição dos desequilíbrios de base territorial. Por isso – e porque se joga nas metrópoles, à escala das regiões, das nações e de todo o mundo, muito do futuro da sociedade –, importa agir, com premência e em permanência, no sentido de atenuar os desencontros actualmente existentes na administração do território em relação às escalas de intervenção. Importa também clarificar e reforçar legitimidades, meios e competências e fomentar os mecanismos que favoreçam a actuação conjunta e solidária entre a cidade emergente e a cidade consolidada no contexto regional e entre as “ilhas de conforto”, as “ilhas de desespero” (dos “*mad, bad and sad*”) e o “oceano da indiferença”.

No encontro entre cidade (alargada e complexa) e região (urbanizada), outras noções se impõem, as de coesão e de coerência territorial, associadas a um projecto colectivo com políticas sectoriais integradas e uma intervenção orientada para a cidade expandida, normalmente administrada por mais que uma entidade local eleita, o que implica

níveis elevados de coordenação política, aconselhando quase sempre à existência de eleitos a uma escala metropolitana e/ou regional<sup>6</sup>. Um projecto para a cidade alargada e de uma nova administração (quando necessária), terá se suprir a grave lacuna que nalguns países (como Portugal) existe, a qual é a ausência de coordenação entre planeamento urbanístico e regional e destes com a gestão territorial, do que tem resultado “... the coalescence of cities, countryside, first ring and new suburbs, and even edge cities, into a single, sprawling, suburban metropolis” (Dutton, 2000, p. 17). Por isso, apesar dos movimentos recentes e da aplicação de novos princípios, por exemplo através da Agenda 21 Local na União Europeia e do movimento *smart growth* nos Estados Unidos (ver Gavinha & Zui, 2003), “... political economies of suburban development (and the fragmented political process) continue to promote sprawl, particularly in urban areas where regional controls are generally absent” (Scott, 2004).

Compreender-se-á assim que para a cidade existente, expandida e fragmentada, seja fundamental reforçar o papel do Estado e do planeamento, como o será relativamente à eventual criação de novas cidades, pois que não só o mercado dificilmente de orientará por princípios adequados à sustentabilidade (ou apenas tardiamente e parcelarmente), como são extremamente reduzidas as possibilidades de se reproduzir, adequado à actualidade, o modelo do visionário, revolucionário e benemérito que marcou algumas realizações urbanas de finais do século XIX. Para a cidade que temos e mais ainda para a que queremos, tal como já Howard defendia e agora o pretende fazer o chamado *new urbanism*, especialmente nos mais de 200 *transit oriented districts* (TOD's) estadunidenses, fará falta a adopção de uma política a favor da cidade densa e de usos diversificados, orientada para a circulação a pé e o transporte colectivo<sup>7</sup>.

O modelo da cidade-jardim é hoje invocado nas realizações ditas de um novo urbanismo, na senda do retorno ao padrão urbano tradicional que Jane Jacobs defendia já nos anos 60, mas numa versão mais favorável às lógicas de mercado que às do cooperativismo de há cem anos e, na linha do que Geddes propunha, procuram a articulação entre urbanismo e ordenamento do território à escala regional (Hall,

---

6. Entre as muitas obras sobre o tema, pode consultar-se, como estudos de caso, Fernandes (2005) e para o caso de Londres e Paris o número 121 da revista *Urbanística*, de 2003.

7. Note-se que, tendo por base as ideias de Peter Calthorpe, a partir dos seus *Pedestrians Pockets*, estes TOD's não são nada de especialmente diferente do que em 1929 propunha a Regional Plan Association quando se referia à criação de espaços orientados para a circulação a pé, compactos e com uma clara distinção entre centro e periferia (Dutton, 2000).

2002). No entanto, muitos crêem que se desvia claramente dos princípios, ao fazer aparecer pequenas cidades isoladas e muito ligadas ao uso do automóvel, consubstanciando o triunfo do simulacro privado relativamente à cidade histórica e ao espaço público (Kohn, 2004)<sup>8</sup>. Por isso, para a nova cidade como para a existente, faz falta rever o modelo, sabendo que nem os subúrbios de baixa densidade, nem as torres no meio da terra de ninguém resolvem adequadamente o problema da relação entre a cidade e a natureza.

No entanto, mesmo sem certezas e a necessidade de reconhecer a especificidade de cada situação, existe um papel essencial para o planeamento de iniciativa pública, orientador e regulador, que não esqueça o reforço da articulação e desejável convivência entre a cidade histórica, a cidade de pós-guerra e a cidade difusa, bem como entre as suas muito diversificadas componentes. O planeamento terá ainda de procurar a articulação e outras formas de promoção da convivência integrada e solidária dos espaços mais competitivos e qualificados com “os outros”, com o dever de actuar a favor das áreas e dos cidadãos menos competitivos, bem como da cidade aberta, pública, que promove o encontro e a participação democrática de todos, procurando “the essence of successful political action [which] is surfing: to go with the tide, but to catch the wave in advance” (Hall & Ward, 1998, p. 209). Tal como o vemos, “antecipar a onda” deve significar promover e acompanhar uma reestruturação urbana que, longe da contida e densa cidade do século XIX, também não se satisfaz com a urbanidade que temos no princípio do século XXI, antes aposta numa rede de cidades coesa e bem articulada (Hall & Pfeiffer, 2000), em que em cada uma e todas em conjunto valorizam os princípios da redução, reciclagem e reutilização. Tal pode ser concretizado de acordo com uma *portfolio approach* (tal como sugerido por Hall & Pfeiffer, 2000), oferecendo: desenvolvimentos de média densidade em espaço reciclados, que combinam residência e outros usos, em torno a interfaces de transporte (*urban villages*) e unidades semelhantes em espaços urbanizáveis, de 20.000 a 30.000 habitantes (o equivalente das *garden cities*) em aglomerações de até 200.000 habitantes, ao longo de linhas de transporte público, criando um padrão policêntrico, com cada parte da cidade-região com um elevado grau de contenção na sua expansão urbana, mas fortemente conectada a uma vasta rede de cen-

---

8. Também as originais cidades-jardim de Howard (Letchworth e Welwyn) não se concretizaram no modelo de cooperativismo pretendido, acabaram inseridas na região metropolitana de Londres e não atingiram o objectivo de colocar todos a uma “walking distance to work, shop and school” e foram até, mais tarde, abastardadas pela construção de espaços urbanos residenciais de periferia com baixa densidade (de que Hampstead terá sido o primeiro exemplo).

tros por sistemas de comunicação de grande eficácia.

Deste modo, redução, reciclagem e reuso estariam ao serviço de um cruzamento entre cidade e região, possibilitando o fácil acesso a múltiplos pólos urbanos, ao mesmo tempo que se permitia aproveitar melhor as curtas distâncias, assim se valorizando as heranças urbanísticas e o encontro das diferenças no quadro de um colectivo a que se chama cidade.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ASCHER, F. (1995), *Métapolis ou l'avenir des villes*, La Tour d'Aigues, Odile Jacob.
- DOMINGUES, A., coord. (2006), *Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Lisboa, Argumentum.
- DUTTON, J. A. (2000), *New American urbanism: re-forming the suburban metropolis*, Milão, Skira.
- FERNANDES, J. (2005), “A cidade, os municípios e as políticas: o caso do Grande Porto”, *Sociologia*, 13, pp. 227-258.
- GASPAR, J. (1993), “Geografia e ordenamento do território: dos paradigmas aos novos mapas”, *Colóquio/Ciências*, nº 13, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GAVINHA, J; ZUI, D. (2003), Crecimiento inteligente – breve historia de un concepto de moda en Norteamérica, *Scripta Nova*, vol. VII, 146(039), 20 pp.
- GEURS, K. T; van WEE, B. (2006), Ex-post evaluation of thirty years of compact urban development in the Netherlands, *Urban Studies*, vol. 43, nº 1, pp. 139-160.
- GOMES, E. (2002), Dilemas nas (re)estruturações das metrópoles, *Terra Livre*, 18, pp. 133-142.
- HALL, P. (2002), *Cities of tomorrow* (3ª edição), Oxford, Blackwell.
- HALL, P.; PAIN, K. (2006), *The polycentric metropolis: learning from mega-city regions in Europe*, Londres, Earthscan.
- HALL, P.; PFEIFFER, M. (2000), *Urban future 21: a global agenda for twenty-first century cities*, Londres, FN Spon.
- HALL, P.; WARD, C. (1998), *Sociable cities: the legacy of Ebenezer Howard*. Chichester, John Wiley & Sons.
- KOHN, M. (2004), *Brave new neighbourhoods: the privatization of public space*, Nova Iorque, Routledge.
- LACAZE, J. P. (1995), *La ville et l'urbanisme*, Paris, Flammarion.
- LERNER, J. (2003), *Acupuntura urbana*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- LIPOR (2006), *Futuro sustentável: diagnóstico de ambiente do Grande Porto. Ordenamento do território, espaços verdes e área naturais: resumo para consulta pública*, Working draft.
- LOPEZ TRIGAL, L; RELEA FERNÁNDEZ, C. E. (2001-2002), Ciudades y periferias sostenibles. Una revisión de conceptos y enfoques aplicados a España y Castilla y León, *Poligonos*, 11-12, pp. 113-136.

- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. (1972), Perspectives, problems and models, in *The Limits of Growth*, Nova Iorque, Universe Books.
- NAESS, P.; STRAND, A. (2004), From Rio to Johannesburg. Environmental concerns, neoliberal climate change and planning in the Nordic countries, *Urbanistica*, 124, pp. 34-36.
- OPKALA, D., coord. (2006), *State of the World's cities 2006/2007: the Millennium development goals and urban sustainability*, Londres, Earthscan.
- PORTAS, N., coord. (2002), *Políticas urbanas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SCOTT, J. W. (2004), *Smart growth as urban reform: a pragmatic "re-coding" of the new regionalism*, UGI conference draft.
- SASSEN, S. (1991), *The Global City: New York London Tokyo*, Princeton, Princeton University Press.
- SECCHI, B. (2002), Urban scenarios and policies, in Portas, N.; Domingues, A.; Cabral, J. (2003), *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 275-283.
- VIRGILIO, D. (2004), Suburbs: from zenith overlook to eye-level view, *Urbanistica*, 124, pp. 21-25.
- WHEELER, S. M.; BEATLEY, T., ed. (2006), *The sustainable urban development reader* (2ª edição), Oxford, Routledge.